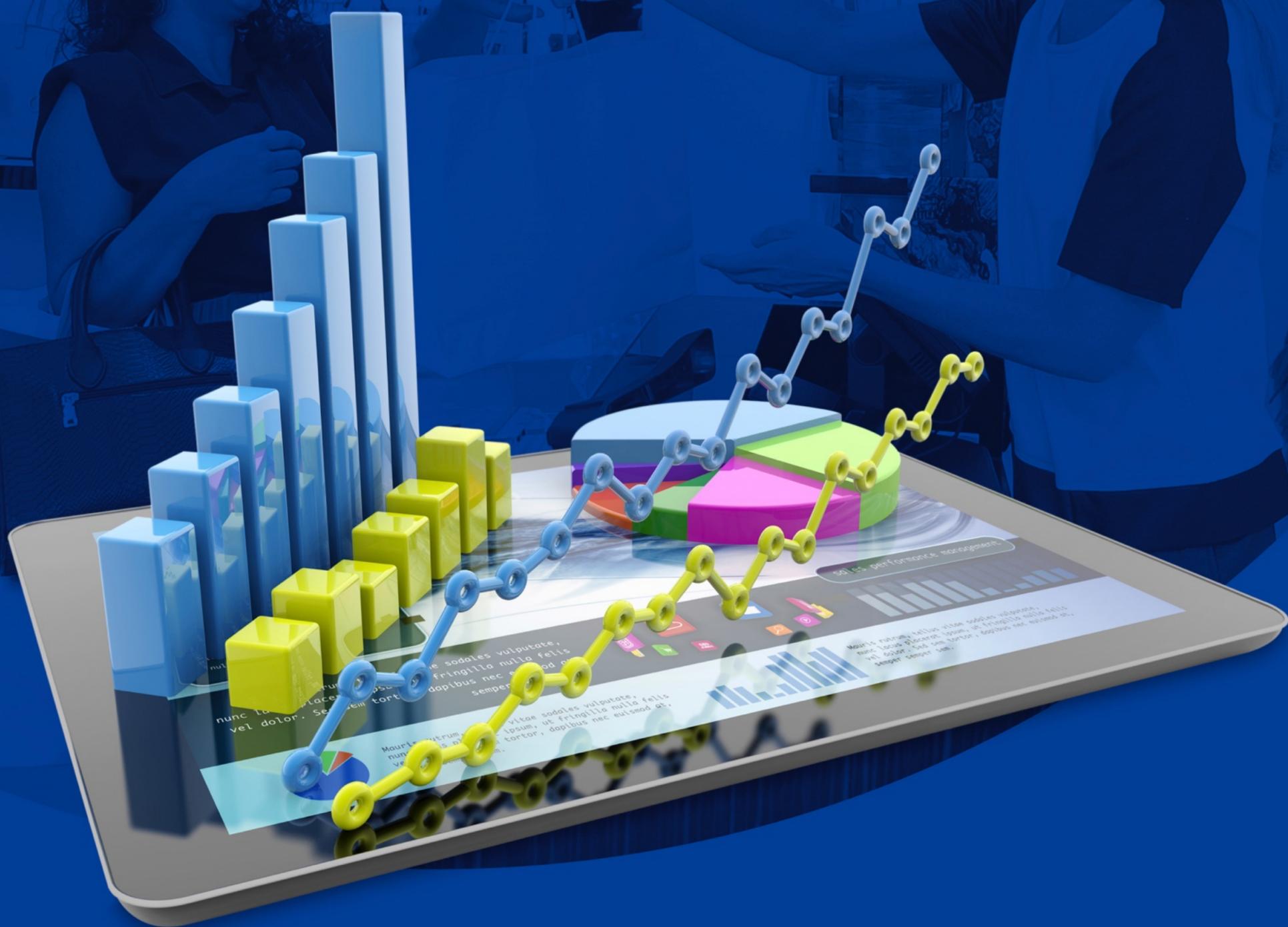




PANORAMA DO COMÉRCIO

OUTUBRO/2021



RESUMO

Sobe e desce: queda das vendas ocasionada pela pandemia fica para trás, mas atividade do comércio perde ritmo; confiança do setor e dos consumidores cai

O início da pandemia abriu um vale no índice de vendas do varejo. A queda foi rápida, concentrada no final do primeiro trimestre e início do segundo. A recuperação foi igualmente rápida: em agosto de 2020, o setor já tinha voltado aos patamares pré-crise.

No início de 2021, com a chegada da segunda onda, o setor voltou a recuar, mas o recuo foi menor. A recuperação também veio logo.

Nos últimos meses, a atividade do comércio tem oscilado em torno do nível pré-pandemia. O setor recuperou-se do tombo, mas agora mostra de dificuldade para crescer mais, com meses de alta sendo sucedidos por meses de quedas. Os dados de vendas do setor mostram meses de alta das vendas, seguidos de baixa. Em agosto, mais uma vez, o faturamento do setor caiu. Considerando o desempenho do comércio varejista (que não conta os segmentos de automóveis, peças e motocicletas), o recuo foi de expressivos 3,1%.

Com dados mais recentes, referentes a setembro de 2021, a Fundação Getulio Vargas (FGV) observou uma queda na confiança dos empresários do setor de comércio.

Panorama do Comércio



-3,1%

Recuo das vendas do varejo



94,1 pontos

Índice de Confiança do Comércio



77,8 mil

vagas criadas pelo setor

Panorama Macro



14,1%

Desemprego



10,3%

Inflação acumulada em 12 meses



6,25%

Meta para a taxa SELIC

Os dados de emprego, por sua vez, da economia e, em particular, do comércio, tiveram uma recuperação mais lenta e contínua ao longo dos últimos meses. Os números do CAGED mostram que o comércio criou 77,8 mil vagas em agosto de 2021. Considerando todos os setores da economia, mais de 372 mil vagas foram criadas.

No cenário macroeconômico, merece destaque a inflação, que ultrapassou a marca dos 10% no acumulado de 12 meses. Esse é um dado que tem mitigado o clima de otimismo com a atividade econômica. Diante do repique inflacionário, o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 6,25% e indicou que novos aumentos da taxa estão no seu horizonte.

Como ocorreu com a confiança dos empresários do comércio, a confiança dos consumidores também caiu em setembro, segundo dados da FGV. Nesse mesmo mês, o endividamento das famílias atingiu um nível recorde, de acordo com a CNC.

Em suma, mesmo com o avanço da vacinação, começam a surgir dúvidas sobre a capacidade de a economia manter um bom ritmo de crescimento no próximo ano. Para 2021, apesar da deterioração do cenário, as expectativas de crescimento se mantêm acima dos 5%.

Termômetro do consumidor



74%

das famílias estão endividadas



81,8 pontos

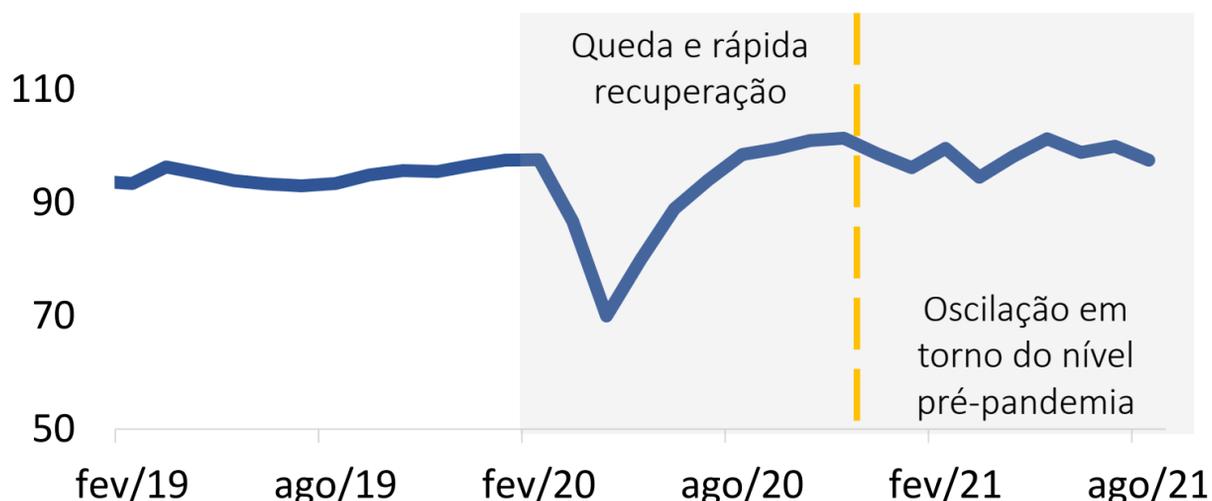
Confiança do consumidor

VENDAS DO VAREJO

Vendas do comércio varejista registram forte queda em agosto de 2021, mas mantêm a alta no acumulado de 12 meses

Dados do IBGE mostram que as vendas do comércio varejista tiveram forte recuo em agosto de 2021, na comparação o mês imediatamente anterior. A queda foi de 3,1%. Na comparação anual, com agosto de 2020, também houve queda (-4,1%). No entanto, quando se considera os últimos 12 meses na comparação com os 12 meses anteriores, verifica-se uma alta de 5,0% nas vendas do comércio. Esse dado evidencia que, mesmo com a queda recente, o pior momento da crise está ficando para trás. As vendas do varejo ampliado, que incluem o comércio varejista e as vendas de automóveis, peças, motocicletas e materiais de construção, também tiveram um desempenho negativo na comparação mensal, com queda de 2,5%. Já na comparação anual, considerando o varejo ampliado, o desempenho de agosto de 2021 foi o mesmo de agosto 2020, resultando em uma variação nula. Analisando a série histórica, é possível notar que a queda e a recuperação das vendas do comércio ocorreram de forma rápida, mas desde o início do ano o ritmo de retomada da atividade comercial desacelerou e as vendas passaram a oscilar em torno do nível pré-pandemia.

Série histórica



Volume de vendas

Comércio varejista

-3,1%
Variação mensal
(ago-21 ante jul-21)

-4,1%
Variação anual
(ago-21 ante ago-20)

5,0%
Variação acumulada
em 12 meses

Varejo ampliado

-2,5%
Variação mensal
(ago-21 ante jul-21)

0,0%
Variação anual
(ago-21 ante ago-20)

8,0%
Variação acumulada
em 12 meses

VENDAS DO VAREJO POR SEGMENTOS

Na comparação entre agosto e julho de 2021, volume de vendas caiu em seis dos oito segmentos do varejo analisados

A análise dos dados do comércio varejista por segmento mostra que, em agosto de 2021, das oito atividades analisadas, a maior queda mensal ocorreu no segmento de Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-16,0%), que engloba lojas de departamento, óticas, artigos esportivos, entre outros. Cabe destacar, no entanto, que essa queda sucede uma forte alta observada no mês anterior. Das oito atividades analisadas, seis tiveram queda na comparação mensal. Os únicos destaques positivos nessa base de comparação foram Artigos farmacêuticos e Tecido, vestuário e calçados.

Analisando a variação acumulada em 12 meses, que permite uma visão melhor sobre a recuperação dos segmentos, houve avanço em cinco das atividades analisadas, com destaque para Outros artigos de uso pessoal e doméstico (21,0%) e Artigos farmacêuticos (13,4%). Já os segmentos de Equipamentos de escritório (-2,7%) e Papelaria, Livros, jornais e revistas ainda amargam queda no acumulado de 12 meses, além de Hipermercados e Supermercados (-0,8%)

| Segmento | Variação mensal | Variação acumulada |
|---|-----------------|--------------------|
|  Outros artigos de uso pessoal e doméstico | -16,0% | 21,0% |
|  Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | 0,2% | 13,4% |
|  Tecidos, vestuário e calçados | 1,1% | 11,1% |
|  Móveis e eletrodomésticos | -1,3% | 7,7% |
|  Combustíveis e lubrificantes | -2,4% | 0,3% |
|  Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo | -0,9% | -0,8% |
|  Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação | -4,7% | -2,7% |
|  Livros, jornais, revistas e papelaria | -1,0% | -25,2% |

INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Confiança do Comércio recua em setembro de 2021, mostra FGV; indicador volta a ficar abaixo da marca dos 100 pontos

O Indicador de Confiança do Comércio, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou em setembro de 2021, marcando 94,1 pontos, depois de dois meses seguidos registrando mais de 100 pontos. Pela metodologia do indicador, a marca dos 100 pontos separa a situação de predomínio do otimismo e predomínio do pessimismo.

Indicador de Confiança do Comércio

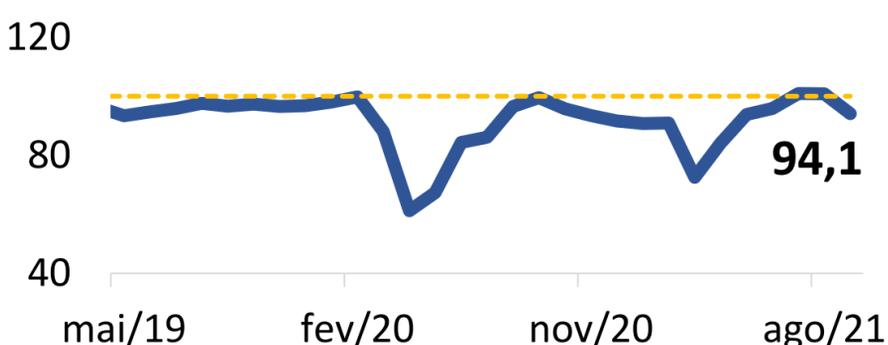
Setembro de 2021



O Indicador de Confiança é composto de dois outros indicadores: o de Situação Atual, que reflete a avaliação dos empresários sobre o momento presente; e o de Expectativas, que reflete a avaliação sobre os próximos meses. Nas duas dimensões houve queda em setembro: na comparação mensal, isto é, com o mês imediatamente anterior, o recuo do Indicador de Situação Atual foi de 5,6%; já o recuo do Indicador de Expectativas foi de 7,5%. Em setembro 2021, a confiança dos empresários do comércio pode ter sido impactada pelo tensionamento do quadro político, pela aceleração da inflação e desempenho fraco do setor no mês de agosto, conforme mostrou o IBGE. Nota-se, no entanto, que a confiança segue acima do nível observado no auge da pandemia.

Série histórica

Série histórica



Variação do indicador

Setembro de 2021

| | Confiança | Atual | Expectativas |
|----------------|-----------|-------|--------------|
| Varição mensal | -6,7% | -5,6% | -7,5% |
| Varição anual | -5,5% | -7,0% | -7,0% |

O VAREJO NA B3

Índice IBOVESPA registra queda setembro, acompanhado pelas ações das principais varejistas

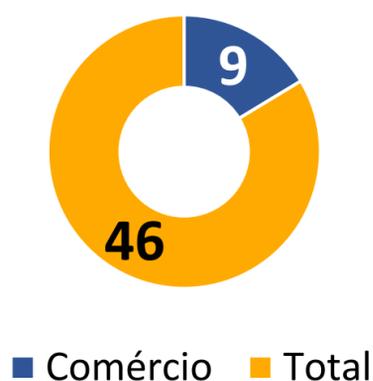
Em setembro de 2021, o Índice IBOVESPA registrou queda de 7%. A base de comparação é o fechamento do mês imediatamente anterior. Do início do ano até setembro, a bolsa acumula queda de 4%. Já o Índice de Consumo, que reúne empresas representativas dos setores de consumo cíclico, não cíclico, saúde e educação, apresentou queda de 6% na comparação mensal e acumula queda de 10% desde o início do ano. As principais empresas do varejo estiveram entre as mais afetadas, registrando quedas expressivas na comparação mensal e no acumulado do ano. Setembro foi o terceiro mês seguido de queda na bolsa. Esse mês foi marcado por tensões políticas locais e pela crise envolvendo a empresa Evergrande, gigante do mercado imobiliário chinês, reduzindo o apetite dos investidores por risco.

| | Variação Mensal | Variação desde janeiro de 2021 |
|-------|-----------------|--------------------------------|
| IBOV | -7% | -4% |
| ICON | -6% | -10% |
| MGLU3 | -21% | -43% |
| RADL3 | -9% | -6% |
| CRFB3 | -2% | -7% |
| LREN3 | -10% | -17% |
| VIIA3 | -26% | -48% |
| AMER3 | -25% | -62% |

CRFB Atacadão – LAME3 Lojas Americanas -- LREN3 Lojas Renner – RADL3 Droga Raia – VIIA3 Via Varejo -- BTOW3 B2W Digital – MGLU3 Magazine Luiza

Empresas listadas em 2021

Dados até o final de setembro



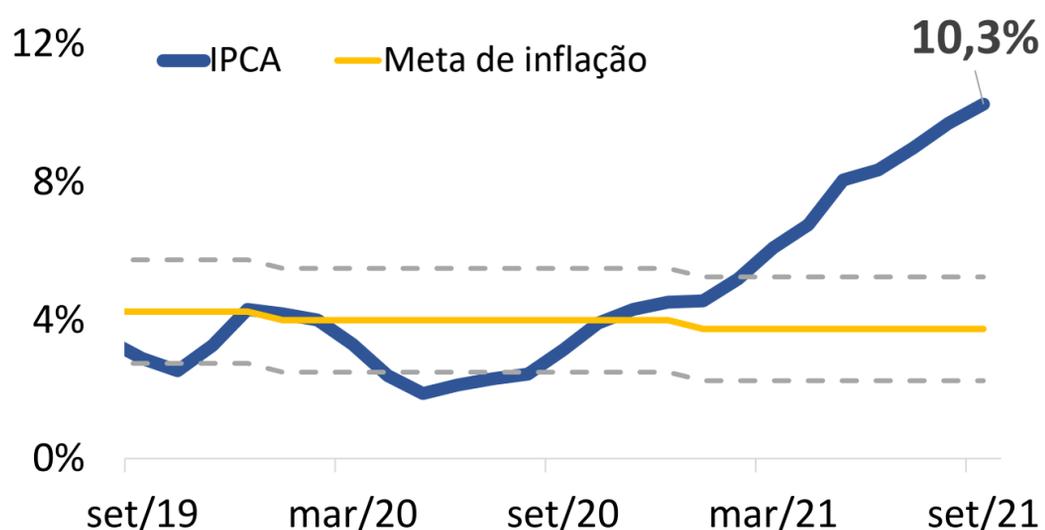
Mesmo com esse cenário de curto prazo, é crescente o número de empresas entrando na bolsa. De acordo com a B3, 55 empresas foram listadas em 2021, sendo 9 do setor de comércio ou varejo. O número total já supera o observado em 2021 e ilustra o processo de desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Com saldo positivo de criação de vagas, número de empregos formais cresce, mas taxa de desemprego segue elevada

IPCA

Varição acumulada em 12 meses

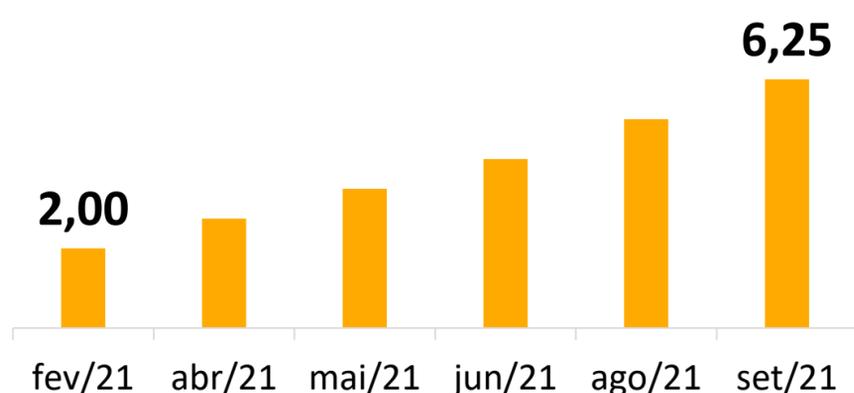


Depois de mais de cinco anos, a inflação voltou ao patamar de dois dígitos, chegando a marca dos 10,3% no acumulado de 12 meses. O número se refere ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Com esse resultado, a inflação ficou muito acima do centro da meta, de 3,75% ao ano.

Na comparação mensal, isto é, entre setembro e agosto de 2021, o IPCA registrou alta de 1,16%. Os itens individuais que mais impactaram o índice de preços foram os combustíveis, a energia elétrica e o gás de cozinha. Depois de cair abaixo de 2,0% no acumulado de 12 meses, em meados de 2020, a inflação passou a acelerar, rompendo o centro da meta já no final daquele ano. Diante da pressão inflacionária, o Banco Central elevou mais uma vez a taxa SELIC, que passou de 5,25% ao ano para 6,25%. Essa é a quinta elevação consecutiva da taxa básica de juros. A indicação da autoridade monetária é de que a taxa básica continuará subindo para garantir a convergência da inflação para centro da meta.

Taxa SELIC

Em % ao ano



O Copom considera que, no atual estágio do ciclo de elevação de juros, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante.



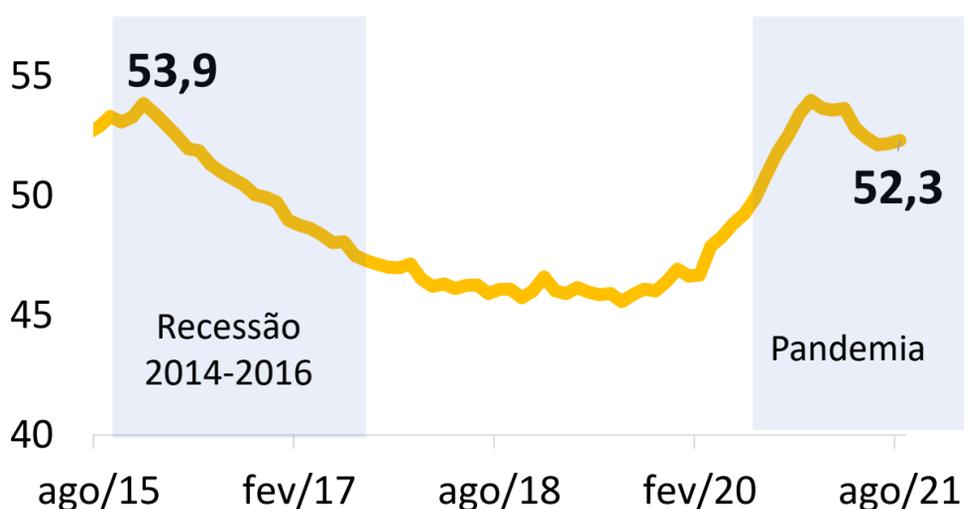
Ata do COPOM de setembro de 2021

MERCADO DE CRÉDITO

Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional representam 52,3% do PIB, mostra Banco Central

Relação Crédito-PIB

Em %

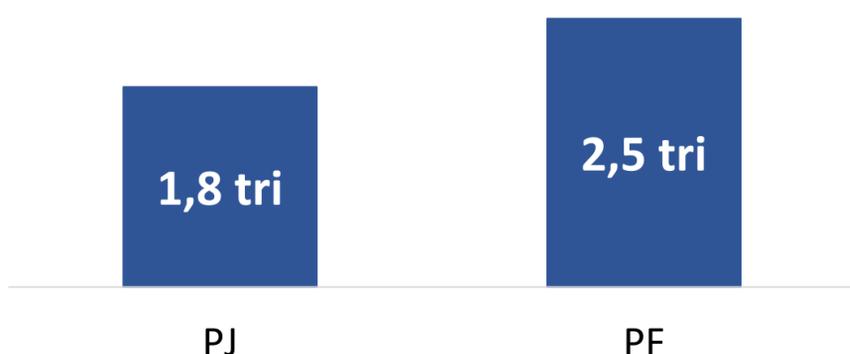


O saldo de todas as operações de empréstimos e financiamentos realizadas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) representou, em agosto de 2021, 52,3% do PIB, isto é, um pouco mais da metade da produção anual do país. Nas últimas duas décadas, o crédito como proporção do PIB dobrou, saindo de cerca de 25% no início dos anos 2000 para algo mais próximo de 50%.

Como consequência da crise econômica do triênio 2014-2016, essa relação caiu. Em 2020, porém, houve um avanço expressivo da relação crédito-PIB em resposta às medidas de estímulo ao crédito tomadas durante a pandemia. Mais recentemente, essa relação voltou a recuar mas ainda se mantém acima dos 50%. Em reais, o saldo das operações com pessoas físicas chega a 2,5 trilhões, enquanto o saldo das operações com pessoas jurídicas alcança 1,8 trilhões. A análise do ritmo de crescimento do saldo total de crédito mostra que, depois de um intenso crescimento até janeiro de 2021, o crédito passou a crescer a um ritmo cada vez menor: em agosto de 2021, o avanço foi de 5,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior; no início do ano, esse ritmo superava os 10%.

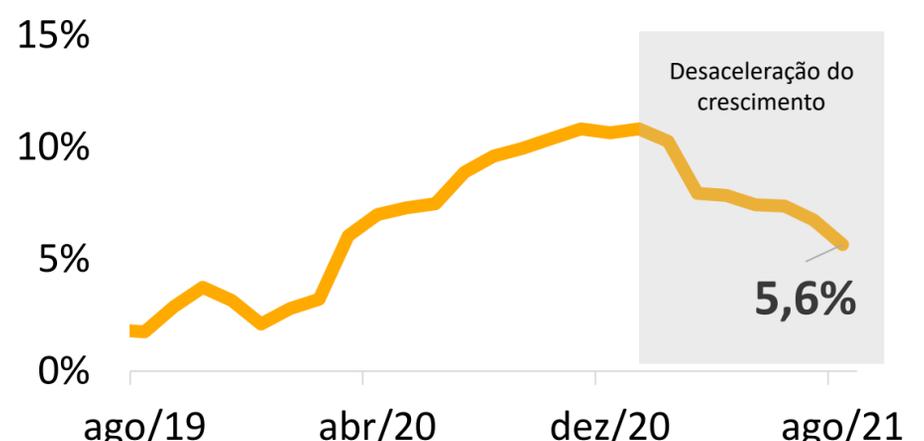
Saldo de crédito

Em trilhões (R\$)



Variação do Saldo de Crédito

Mês ante o mesmo mês do ano anterior

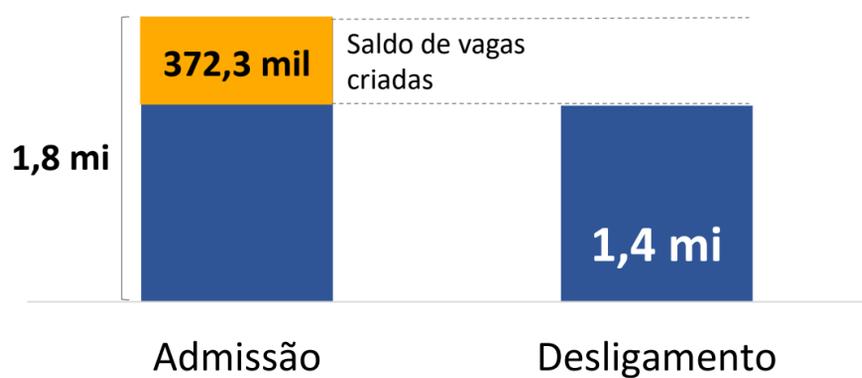


MERCADO DE TRABALHO

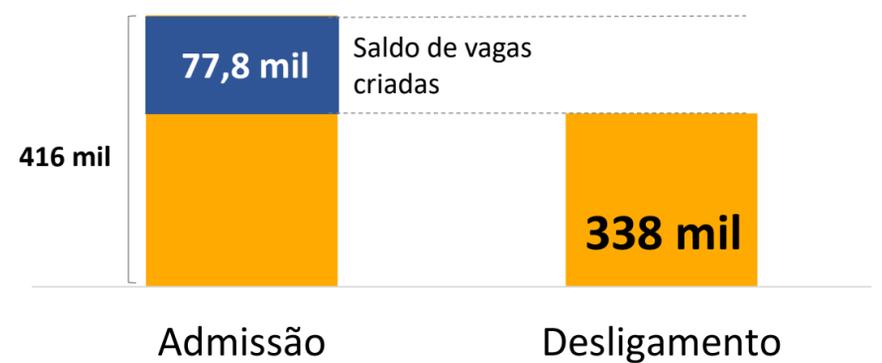
Com saldo positivo de criação de vagas, número de empregos formais cresce, mas taxa de desemprego segue elevada

De acordo com dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**, 372,3 mil vagas de empregos formais foram criadas em agosto de 2021. Considerando apenas o setor de comércio, 77,8 mil vagas foram abertas, um saldo recorde desde o início do ano. No acumulado do ano, o setor criou 383 mil vagas; olhando para todos os setores da economia, o saldo acumulado ultrapassa 2,2 milhões. Desde o início do ano, a economia brasileira registrou saldo positivo de criação de vagas em todos os meses.

Vagas criadas na economia



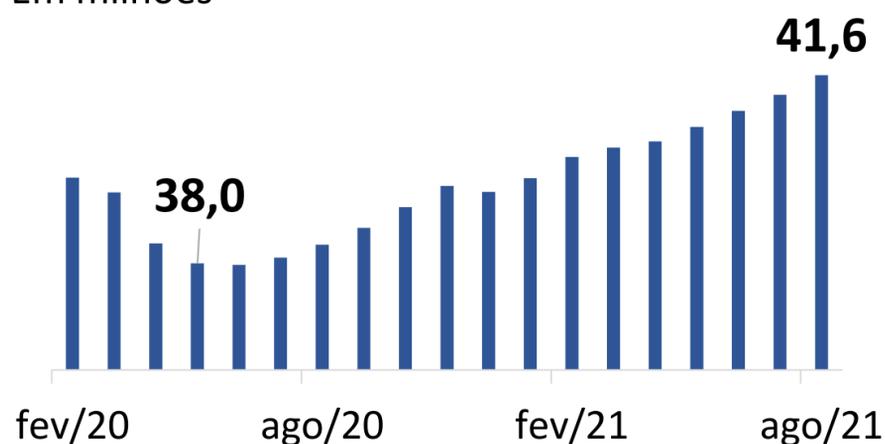
Vagas criadas no Comércio



O saldo de vagas formais criadas mostra apenas os empregos criados no mês de referência. O número total de empregos formais, independentemente do mês de criação, chegou a 41,6 milhões em agosto, superando os números de antes da pandemia. No entanto, a taxa de desemprego segue elevada, acima do patamar pré-pandemia.

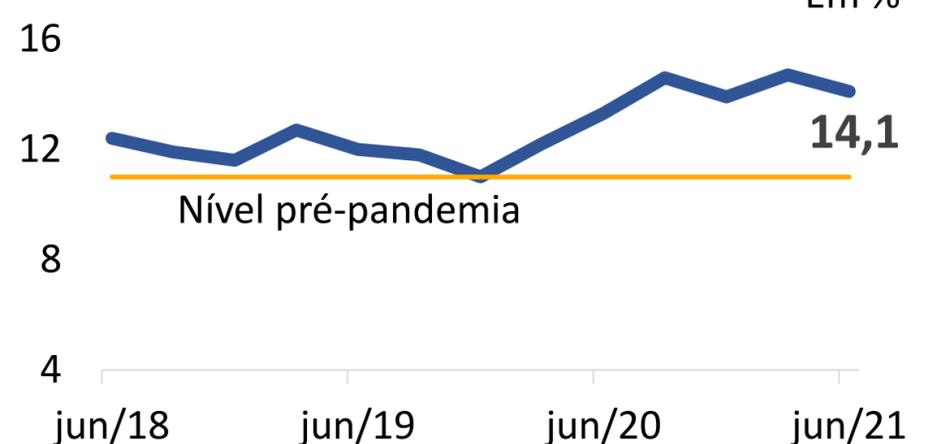
Estoque de empregos formais

Em milhões



Taxa de desemprego

Em %



TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

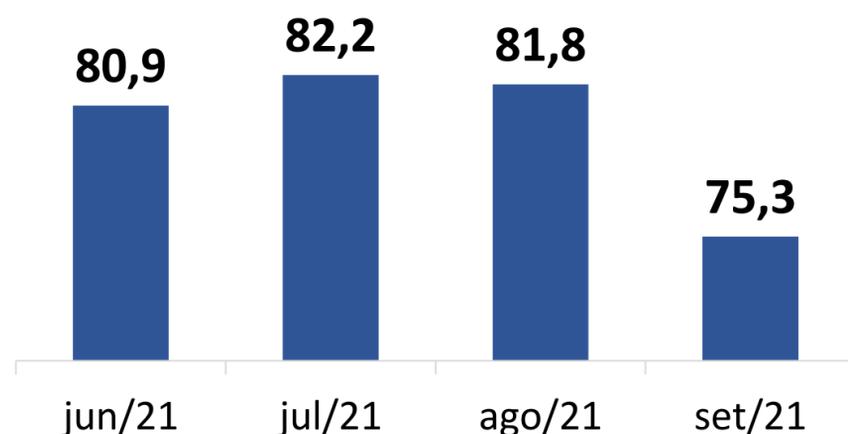
Com saldo positivo de criação de vagas, número de empregos formais cresce, mas taxa de desemprego segue elevada

Em setembro de 2021, como ocorreu com a confiança dos empresários do setor de comércio, a confiança dos consumidores também caiu. O indicador passou de 81,8 pontos para 75,3. Essa queda pode estar relacionada aos ruídos provocados pelo tensionamento político, além do cenário de aumento dos preços. Com esse resultado, o indicador ficou ainda mais distante da marca dos 100 pontos, que separa a situação de predomínio do otimismo e a situação de predomínio do pessimismo.

O indicador de Confiança é apurado mensalmente pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Outros dados sobre o quadro do consumidor, apurados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostram que o endividamento das famílias continua subindo. O indicador atingiu um valor recorde na série histórica, apurada desde 2010.

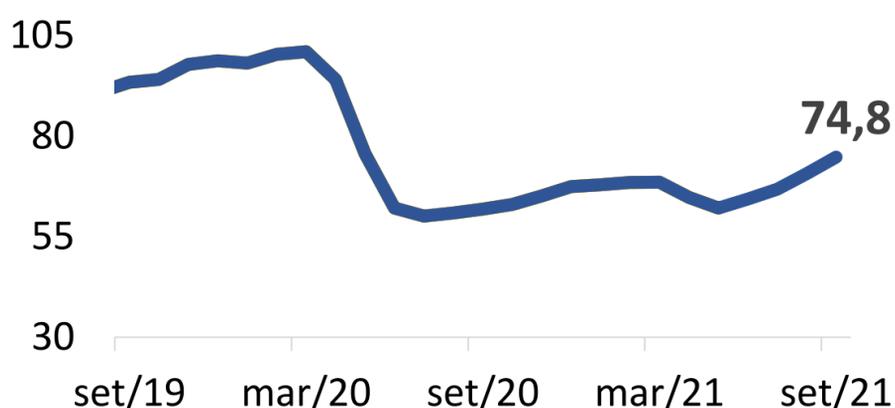
De acordo com a CNC, o percentual de famílias endividadas chegou a 74%. A definição de endividamento não considera as famílias com algum tipo de dívida, não necessariamente em atraso. Mesmo diante desse quadro, a perspectiva de consumo cresceu, chegando a 74,8 pontos. No entanto, esse número permanece abaixo do patamar pré-pandemia.

Confiança do Consumidor
Índice de zero a 200



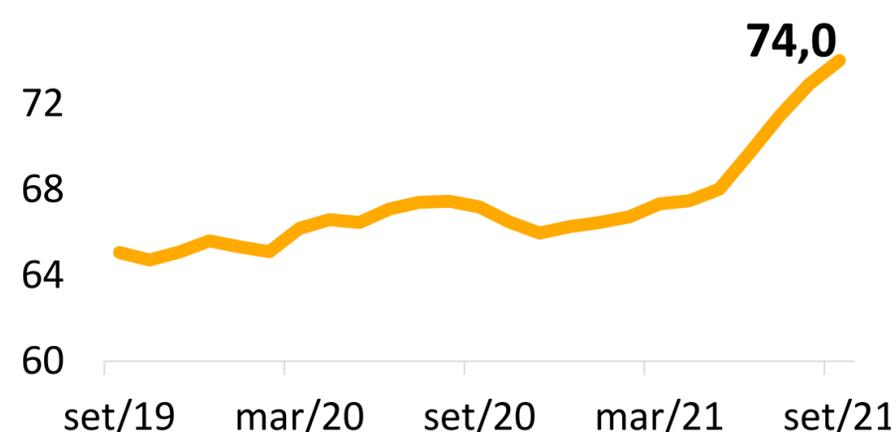
Perspectiva de Consumo

Índice de 0 a 200



Endividamento

Percentual de famílias endividadas



PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Mercado projeta alta de 5,1% para o PIB em 2021; inflação deve encerrar o ano acima do teto da meta

As projeções coletadas pelo Boletim Focus, do Banco Central, indicam que o crescimento do PIB em 2021 será de 5,04%, depois de uma queda de 4,1% em 2020. Com relação aos preços, a previsão é de que o IPCA encerre o ano com alta de 8,59%, acima do centro da meta. Esses dados representam a mediana das projeções divulgadas em 11 de setembro de 2021.

| | 2021 | 2022 |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Produto Interno Bruto | 5,04% | 1,54% |
| Inflação (IPCA) | 8,59% | 4,17% |
| SELIC | 8,25% | 8,75% |
| Dólar | R\$5,25 | R\$2,25 |

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



CONFIANÇA DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS

Os efeitos causados pela segunda onda da pandemia da Covid-19 e as medidas de restrição adotadas nos primeiros meses do ano ainda impactam negativamente a percepção do micro e pequenos empresários sobre a economia do país. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Sebrae, um a cada dois empresários considera que as condições gerais da economia brasileira pioraram ou pioraram muito nos últimos 6 meses (51%), um aumento de 17 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2019.

[Confira a pesquisa](#)

Dois a cada três empresários não implementaram melhorias no negócio nos últimos 6 meses (64%), ante 36% que fizeram. Entre as melhorias realizadas pelas empresas nos últimos 6 meses, destacam-se:

28%

Reforma da empresa

27%

Ampliação do estoque

24%

Compra de equipamentos, maquinários, computadores, etc.

22%

implantação de vendas ou serviços online

- Dois a cada três estão confiantes ou muito confiantes no desempenho da empresa nos próximos 6 meses (65%).
- A pretensão de investimento nas próprias empresas reduziu bastante na comparação entre a pesquisa realizada em 2019: 50% não pretendem investir, enquanto 29% pretendem e 17% ainda não sabem.

70% dos gestores não pretendem contratar crédito nos próximos 90 dias, 14% não sabem e 12% pretendem contratar crédito nos próximos 90 dias. Entre os que pretendem:

33%

Das empresas pretendem usá-lo para capital de giro;

29%

Para ampliação do negócio;

16%

Compra de estoque/insumos

PRINCIPAIS LOCAIS DE COMPRAS DOS IDOSOS:



47%

FARMÁCIAS



30%

LOJAS DE DEPARTAMENTO



29%

LOJAS DE RUA

* Desconsiderando os supermercados

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

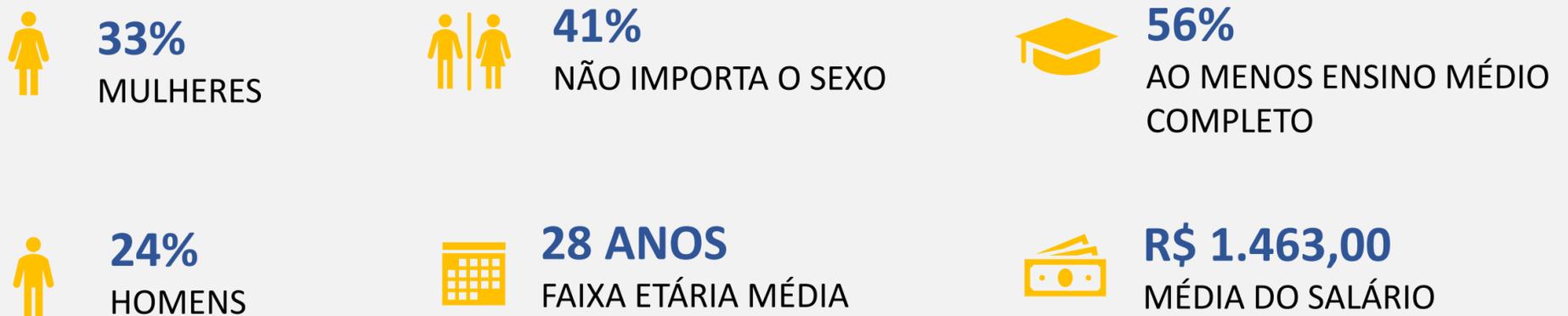
Faltando três meses para as comemorações de fim de ano, os setores varejista e de serviços já vêm se preparando para o principal período de vendas com a contratação de novos profissionais. Uma pesquisa realizada em todas as regiões do país pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Sebrae, estima que aproximadamente 105 mil vagas serão abertas no país até dezembro, número próximo ao de 2019, período pré-pandemia.

[Confira a pesquisa](#)

PRINCIPAIS CARGOS E FUNÇÕES:



PERFIL DO PROFISSIONAL:



MESES DE CONTRATAÇÃO:

11% AGOSTO
10% SETEMBRO
25% OUTUBRO
25% NOVEMBRO

FORMA DE CONTRATAÇÃO:

57% ABRIRÃO VAGAS INFORMAIS
47% REGISTRADAS EM CARTEIRA DE TRABALHO
18% MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL

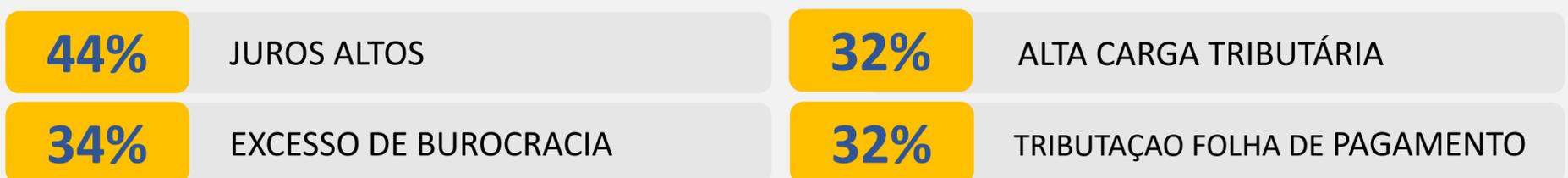


DESAFIOS DO VAREJO

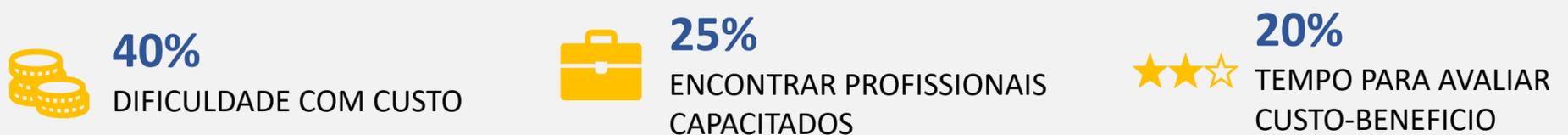
O conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e econômicas que atrapalham o crescimento do país, conhecido como Custo Brasil, é considerado por 9 a cada 10 empresários brasileiros como uma barreira para o crescimento de suas empresas. É o que aponta pesquisa realizada pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) e pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

[Confira a pesquisa](#)

Maiores problemas relatados pelos empresários entrevistados:



A implantação tecnológica representa uma dificuldade enfrentada por 79% das empresas. Principais desafio:



41% das empresas investigadas formulam suas estratégias de gestão baseadas na intuição e experiência de mercado,

34% o fazem observando a concorrência.

75% das empresas acompanham as novidades do mercado, inovações, novos produtos e estudos sobre comportamento do consumidor, sendo a conversa com pessoas do setor a forma mais importante de obter informações (**43%**), seguido de fazer cursos (**29%**) e pesquisas de mercado (**26%**).

PRESENÇA ONLINE:

58% ESTÃO NO FACEBOOK (QUEDA DE 18 PONTOS PERCENTUAIS EM RELAÇÃO A 2019)

25% POSSUEM SITE (QUEDA DE 25 PONTOS PERCENTUAIS EM RELAÇÃO A 2019)

12% POSSUEM PERFIL NO YOUTUBE

68% POSSUEM CANAIS DE VENDA ONLINE.

OS MEIOS MAIS USADOS SÃO WHATSAPP (**54%**) E INSTAGRAM (**38%**).

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



INTENÇÃO DE COMPRAS PARA O DIA DAS CRIANÇAS

A expectativa de consumo para o Dia das Crianças deste ano reforça a tendência de uma recuperação gradual do varejo. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em todas as capitais aponta que 72% dos brasileiros devem ir às compras no Dia das Crianças. A expectativa é de que o varejo movimente aproximadamente R\$ 10,93 bilhões.

[Confira a pesquisa](#)

MÉDIA DE PRESENTES: 2,19

VALOR TOTAL QUE PRETENDE GASTAR COM OS PRESENTES: R\$ 200

PRINCIPAIS FORMAS DE PAGAMENTO:



45%

DINHEIRO



38%

CARTÃO DE DÉBITO



36%

CARTÃO DE CRÉDITO PARCELADO
NÚMERO MÉDIO DE PARCELAS: 4
PRESTAÇÕES.

Mais de um terço (36%) pretende gastar o mesmo valor que no ano passado e 31% têm a intenção de gastar menos.

Já 23% pretendem gastar mais do que no Dia das Crianças de 2020.

PRINCIPAIS LOCAIS DE COMPRA:

37%

Internet;

33%

Shoppings;

23%

Lojas de rua/bairro

PRINCIPAIS PRESENTES:



41%

BONECAS E
BONECOS



35%

ROUPAS E
CALÇADOS



32%

JOGOS DE TABULEIRO /
EDUCATIVOS

Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas:

Reforma Tributária



Em continuidade da informação na edição anterior, segue fatiada a Reforma Tributária, mas a Câmara já aprovou a proposta sobre a renda e o Senado avançou na apresentação do relatório que analisa a Constitucionalidade da PEC 110/19.

O **PL 2337/2021** do Poder Executivo (IR, IPI e Lucros e Dividendos), aprovado pela Câmara que altera as regras do imposto de Renda já está no Senado e será analisado com a responsabilidade que o assunto merece. A garantia foi dada pelo presidente Rodrigo Pacheco. De acordo com o texto, que tem Senador Ângelo Coronel (PSD-BA), como relator, os lucros e dividendos serão taxados em 15% a título de Imposto de Renda na fonte, mas fundos de investimento em ações ficam de fora. Quanto à tabela do Imposto Renda da Pessoa Física, a faixa de isenção passa de 1.903,98 para 2.500 reais mensais, uma correção de 31,3%. Igual índice é usado para reajustar a parcela a deduzir por aposentados com 65 anos ou mais. As demais faixas terão reajuste entre 13,2% e 13,6%, enquanto as parcelas a deduzir aumentam de 16% a 31%. Deduções com dependentes e educação continuam no mesmo valor. Todas as mudanças valerão a partir de 2022.

A aprovação da proposta tem um viés social importante, relacionado ao novo Bolsa Família, todavia, o Senado ainda analisará outras medidas como a dos precatórios em prol de um maior equilíbrio fiscal. Até o momento não há consenso no Senado a respeito da matéria.

A **PEC 110/2019** (Reforma Tributária ampla), relatada pelo Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), teve o relatório publicado na Comissão de Constituição e Justiça em 05/10/2021. Roberto Rocha explicou que seu relatório prevê a “unificação da base tributária do consumo”, com criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, ou seja, um IVA para a União (unificação de IPI, PIS e Cofins), chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um IVA para estados e municípios (unificação de ICMS e ISS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Haverá a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), a ser financiado exclusivamente com recursos do IBS. Além disso, lei complementar terá que regulamentar a devolução do IBS para famílias de baixa renda.

CONGRESSO NACIONAL

O **PL 3887/2020** (unifica o PIS/Cofins) ainda aguarda parecer do Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP), o relator, esteve presente do painel do V Fórum Nacional do Comércio dialogando com o setor produtivo.

O **PL 4728/2020**, relativo ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, aprovado pelo Senado em 05 de agosto, mas ainda aguarda deliberação da Câmara, o PL faz parte do pacote da Reforma Tributária.

Reforma Administrativa



Após a aprovação do parecer na CCJ, foi instalada em 09 de junho a comissão especial para analisar a **PEC 32/2020**, presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e relatada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA).

Situação: A proposta foi aprovada em 23/09/2021 na comissão especial e será votada no Plenário da Câmara dos Deputados nos próximos dias.

O parecer aprovado mantém a estabilidade para todos os servidores concursados. Fica nula apenas a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.

Quanto aos cargos, as únicas diferenças dos cargos exclusivos de Estado são que não podem ter convênios com a iniciativa privada e serão protegidos do corte de despesas de pessoal. O substitutivo já define quais são os cargos exclusivos: os que exerçam atividades finalísticas da segurança pública, manutenção da ordem tributária e financeira, regulação, fiscalização, gestão governamental, elaboração orçamentária, controle, inteligência de Estado, serviço exterior brasileiro, advocacia pública, defensoria pública e atuação institucional do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, incluídas as exercidas pelos oficiais de justiça, e do Ministério Público. Ficaram de fora dos cargos exclusivos as atividades complementares. Para maiores detalhes da versão aprovada acesse: <https://bityli.com/pEKpoa> (Site da Câmara dos Deputados).

CONGRESSO NACIONAL

Afastamento da gestante trabalhadora



O **PL 2058/2021** de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e relatado pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho de trabalhadoras gestantes.

Situação: Aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 06/10/2021, com a rejeição da MP 1045/2021 que vinculava o PL ao BEm (Benefício Emergencial), foi apresentado novo parecer pela relatora, a proposta garante a manutenção dos postos femininos no mercado de trabalho e segurança para as mulheres, determinando que somente as grávidas totalmente imunizadas podem voltar ao trabalho. Além disso, para as gestantes que, por força de fatores independentes de sua vontade ainda não estão imunizadas, o PL prevê a equiparação à gravidez de risco, permanecendo a gestante afastada de atividades mediante o pagamento do salário-maternidade. A proposta segue para análise do Senado Federal.

Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, inclusive do período da pandemia.



O **PLP 46/2021**, de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC) e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), a fim de permitir o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária, exceto contribuições previdenciárias, vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores; e cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE), tendo como fato gerador a quitação das prestações do Relp e incidindo sobre o valor das parcelas pagas.

Situação: A CNDL realizou em 02 de setembro *live* no canal da CNDL por *youtube* com o autor, Senador Jorginho Mello (PL/SC), e mobilização junto aos líderes. Aprovado pelo Senado em 05 de agosto, ainda aguarda deliberação pelo plenário da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL

Aumento do limite da receita bruta do MEI



O **PLP 108/2021**, do Senado Federal, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados"

Situação: aprovado pelo Senado em 12 de agosto, aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados.

Prorrogação dos benefícios e incentivos fiscais do ICMS ao Comércio até 2032



Através do **PLP 5/2021**, prorroga por 15 anos isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS. O projeto é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM/PB) e relatado na CFT pelo deputado Da Vitória (Cidadania/ES) e na CCJ pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania/DF).

O PLP 5/21, dá segurança aos Estados para que possam manter a geração de emprego, renda e receita. A proposta iguala a prorrogação de incentivos do comércio com a indústria, vigorando até a aprovação da reforma tributária.

Situação: Aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 28/09/2021, a relatoria foi do Deputado Da Vitória (Cidadania-ES). Aguarda sanção ou veto presidencial.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)



A **PEC 17/2019**, um pilar fundamental para a concretização do arcabouço normativo da proteção de dados pessoais e para a segurança jurídica é o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, a qual também visa incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal.

CONGRESSO NACIONAL

Aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados a PEC 17/2019, em 31 de agosto, mas retornou ao Senado Federal, pois a PEC foi aprovada na Câmara na forma de um substitutivo (texto alternativo) do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que relatou o texto na comissão especial criada para analisar o tema. Segundo o texto aprovado, também caberá à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.

Uma das principais mudanças que seriam feitas pelo substitutivo, no entanto, foi retirada do texto, durante a votação, por um destaque apresentado pelo Novo. O trecho retirado previa a criação de um órgão regulador na forma de uma entidade independente, integrante da administração pública federal indireta e submetida a regime autárquico especial.

Situação: Designada Relatora de Plenário a Senadora Simone Tebet (MDB-MS). Aguarda votação pelo Plenário do Senado Federal.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

